

19 de Outubro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 231
Director-Geral
Evaristo Mulaza



DEPOIS DO ACORDO ENTRE ISABEL DOS SANTOS E ROGER TAMRAZ

Eurobic tem mais 12 interessados na compra

BANCA. O banco português de capitais angolanos está a ser cobiçado e mais 12 candidatos posicionam-se depois do negócio não avançar com os espanhóis da Abanca. As ações de Isabel dos Santos estão quase vendidas. Fernando Teles admite ser accionista maioritário ou vender a totalidade das participações, fazendo depender o desfecho das ofertas que receber. Pág. 9



ESTADO DA NAÇÃO

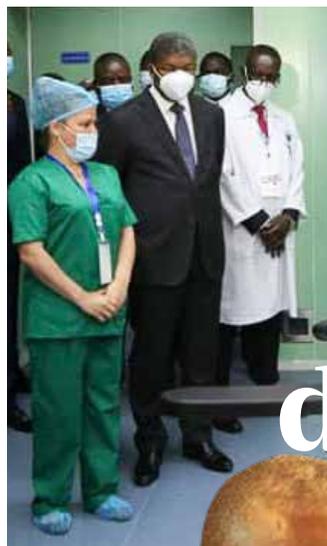
Presidente fala em poupança, empresários em queda de consumo

Pág. 4

BANCO ESTIMA O CUSTO DE UM HOSPITAL EM 660 MIL USD

Novos hospitais 20 vezes mais caros do que estima o BAI

Pág. 8



PGR 'obrigada' a investigar Manuel Vicente

Pág.24

ACUSAÇÃO DA ANEP
Escola Portuguesa sem verbas para regresso dos professores
Pág. 24



Editorial

DUAS RESPOSTAS

Há três semanas, o VE deu à estampa revelações sobre o envolvimento do ex-PCA da Sonangol, Carlos Saturnino, em negócios pessoais com o universo da petrolífera pública, no preciso momento em que dirigia a empresa. A matéria voltou a relembrar também as ligações anteriormente reveladas de Albina Assis e Desidério Costa a uma empresa que recebeu dividendos da Sonils, pelo menos entre 2004 e 2011, sem nunca ter sido accionista formal desta subsidiária da Sonils.

Alguns dias depois, Carlos Saturnino e Albina Assis enviaram cartas à redacção a exigir a publicação de direitos de resposta. Por duas semanas consecutivas, não foi possível, entretanto, satisfazer-lhes a exigência, por incumprimentos de disposições legais. Os dois documentos conservam referências que são vetadas pela Lei nº 1/17, de 23 de Janeiro, a Lei de Imprensa. Particularmente algumas disposições com-

binadas dos pontos 3 e 4 do artigo 74.º e que estiveram na base da anterior recusa. Esta semana, o VE decidiu publicá-los, apesar do parecer contrário do seu consultor jurídico.

Então, porque decidimos agora publicar os direitos de resposta? Essencialmente por duas razões. Em primeiro lugar, porque os visados têm a oportunidade de se pronunciar sobre os factos aos quais são associados na matéria. Este é um argumento bastante que, neste caso concreto, levou o jornal a flexibilizar as imposições das normas já citadas. Até porque algumas das principais exigências e que justificaram o veto anterior foram depois observadas pelos autores dos direitos de resposta. Em segundo lugar, porque, no limite, está a defesa da idoneidade de um jornal que, ao longo do seu ainda curto percurso, tem procurado fazer do rigor um condimento prático do jornalismo.

Neste caso concreto, a matéria que originou os direitos de resposta está suficientemente documentada para justificar a publicação. Não se baseia em fontes anónimas ou em qualquer coisa semelhante. Está

suportada por documentos internos da Sonangol na posse do jornal. E o resto dos dados são públicos. Carlos Saturnino esteve na Sonangol e na Sonils e chegou a ser o responsável máximo das duas empresas, em anos distintos. Esta informação é de conhecimento geral. O que não era público era que Saturnino também foi director, pelo menos entre 2011 e 2016, da GBI Consulting, uma empresa que presta consultoria milionária à Sonils. Os documentos na posse do VALOR mostram que foi nomeado em 2011 e renunciou ao cargo nesta empresa em 2016. A referência do cruzamento de interesses com uma empresa que recebeu dividendos da Sonils também está suportada em documentos já revelados. O leitor pode aceder ao site do VALOR ECONÓMICO (www.valoreconomico.co.ao) para consultar a matéria na edição n.º 228, de 28 de Setembro de 2020. Parte dos documentos lá está nas páginas 6 e 7. Mas este tema não se esgota por aqui. Nas próximas semanas, novos dados são revelados a propósito, também devidamente documentados.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N.º de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N.º de Contribuinte: 5401180721
N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS...



ANDRÉ MENDES DE CARVALHO,
presidente da CASA-CE

Que leitura faz do discurso de João Lourenço?

Foi um relatório muito exaustivo, mas, em certa medida, também um pouco cansativo. Mas podemos ter esse documento como um relatório para referências futuras, porque aborda com detalhes as várias facetas que compõem o mosaico angolano sob o ponto de vista económico, social e político.

A abordagem do Presidente sobre as eleições autárquicas mereceu muitas críticas... Não esteve bem no problema das autarquias, porque continua a não estabelecer uma meta para a realização das eleições. Os argumentos utilizados não são válidos.

Acredita que ainda este ano se possa avançar alguma data?

Avançar alguma data seria de todo importante. O Presidente da República perdeu uma boa oportunidade para nos dar o horizonte temporal. Nós, Casa-CE, somos de opinião que as mesmas devem ter lugar em 2021. É uma questão que se arrasta há muitos anos e não há razão para não termos um horizonte temporal. Do lado do MPLA, 2021 não seja um prazo aceitável, mas 2022 seria complicar. Pô-las depois das eleições gerais piora um pouco, então vamos ver o que é que acontece ao longo dos três meses que faltam até ao final do ano.

13 TERÇA-FEIRA

Os generais Helder Vieira Dias 'Kopelipa' e Leopoldino do Nascimento 'Dino' começam a ser ouvidos pela Procuradoria-Geral da República (PGR), numa audição que dura perto de sete horas.

14 QUARTA-FEIRA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) anuncia a entrega de vários bens ao Serviço Nacional de Recuperação de Activos, incluindo empresas e edifícios, pelos generais Helder Vieira Dias 'Kopelipa' e Leopoldino do Nascimento 'Dino'.

15 QUINTA-FEIRA

O Presidente da República rejeita, durante o discurso sobre o Estado da Nação, que as eleições autárquicas tenham sido adiadas "porque nunca foram convocadas", salientando que seria "irrealista e irresponsável" realizar o sufrágio este ano.



16 SEXTA-FEIRA

Camilo Ceita é afastado da direcção do INE. O Ministério da Economia e Planeamento anuncia a nomeação de Channey Rosa John, quadro do Ministério das Finanças, para assumir a liderança da instituição.



17 SÁBADO

O ministro da Indústria e Comércio, Vítor Fernandes, testa positivo à covid-19 e é internado.



18 DOMINGO

O Presidente da República estima, em entrevista ao Wall Street Journal, em cerca de 24 mil milhões de dólares os prejuízos causados ao Estado pela delapidação do erário dos últimos anos.



SEGUNDA-FEIRA

O líder da UNITA congratula-se com a divulgação dos valores desviados do erário, mas defende que estão "muito aquém dos números reais", instando o Presidente da República a apresentar mais dados.

COTAÇÃO



PETRÓLEO RECUA PARA 42,62 E 40,83 USD

Os preços do petróleo recuam nesta segunda-feira devido a preocupações com o aumento do número de casos de covid-19 e de um plano da Líbia para aumentar a produção. Os contratos futuros do petróleo Brent fecharam em queda de 0,31 dólares para 42,62 dólares, enquanto os futuros do WTI recuaram 0,05 dólares para 40,83 dólares o barril.



'VERMELHO' NA MAIORIA DOS ÍNDICES

Os principais índices europeus fecharam a perder devido a receios de avanço da pandemia no continente. O Stoxx 600 Europe recuou 0,28%, para 366,44 pontos. Em Londres, o FTSE 100 recuou 0,59%, para 5.884,65 pontos. O DAX, de Frankfurt, cedeu 0,42%, para 12.854,66 pontos e o CAC 40, de Paris, 0,15%, aos 4.928,66 pontos. Em Milão, o FTSE MIB recuou 0,08% e, em Madrid, o IBEX 35 subiu 0,15%.

Economia/política

DISCURSO SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO

Presidente fala em poupança, empresários em queda de consumo

IMPORTAÇÃO. João Lourenço destacou a poupança como ganho das novas políticas cambiais. Empresários, no entanto, falam numa redução drástica do consumo e já prevêem falências de superfícies comerciais.

Por Júlio Gomes

No discurso sobre o estado da Nação, na passada semana, João Lourenço revelou que o país poupou, no primeiro semestre deste ano, 300 milhões de dólares na importação de alimentos, por causa da entrada do novo regime cambial. É uma conclusão que não convence muitos empresários que afirmam que “a poupança não representa aumento da produção, mas a redução do consumo”.

De acordo com o Presidente da República, fruto do novo



regime cambial, o país consumiu no primeiro semestre desde ano apenas 980 milhões de dólares, enquanto, no mesmo período do ano passado, foram 1,3 mil milhões, poupando, portanto, 300 milhões de dólares.

Importadores, como o Alimenta Angola, Bem Barato e

Angoaligar, admitem que “tenha sido o regime cambial a determinar a poupança”, mas “seja como for, no discurso à Nação, faltou apontar os produtos que o país já não precisa de importar”. “Era necessário sabermos da capacidade de produção e transformação existente, porque, na

nossa actividade diária, ainda nos deparamos com a necessidade de comprar divisas para importar, por exemplo, massa alimentar ou arroz, para abastecer o mercado”, observa um executivo da Angoaligar, sugerindo que a poupança destacada pelo Presidente terá resultado,

“sobretudo, do baixo consumo”.

“Fazendo um rastreio nas prateleiras das nossas superfícies comerciais, podemos observar que ainda dependemos em pouco mais de 50 por cento dos produtos importados com excepção de alguns tubérculos como a mandioca e hortaliças, o resto ainda tem de ser importado à guisa do alho que ainda vem da China”, acrescenta.

José Severino, presidente da Associação Industrial Angolana (AIA), afirma ter faltado “uma análise mais realista para se saber porque houve essa poupança”, apresentando a hipótese de ter havido uma “redução da massa salarial e, com isso, também recuou em grande medida o consumo, influenciado ainda pela covid-19”.

Luís Feliciano partilha da opinião do líder da AIA. O presidente da Associação Angolana de Comércio de Importação e Exportação (AACIE) não tem dúvidas de que “a poupança não representa um incremento na produção interna, mas sim uma redução drástica do poder de compra, fruto da desvalorização da moeda nacional”.

FALÊNCIA NAS GRANDES SUPERFÍCIES

O vice-presidente da Confederação Empresarial da CPLP também concorda que a redução do consumo terá concorrido para a poupança dos 300 milhões de dólares. Eliseu Gaspar reforça que “a política cambial” também teve influência, prevenendo-se, por isso, “um cenário de falência nas grandes superfícies comerciais, porque eram autênticas lavandarias de moeda”. Além de que, “havia uma certa sobrefacturação nos pagamentos das mercadorias na origem, que também nem sempre chegavam ao país em boa qualidade”, afirma.

No ano passado, Sérgio Santos, ministro da Economia e Planeamento, havia referido que “o país vive uma redução das importações, tendo registado, no primeiro trimestre, uma queda à volta de 50% de importações”, e que, no segundo trimestre, “as importações caíram significativamente com base na tendência do aumento da produção nacional”, mas também não avançou números sobre as quantidades que o país produz.

PELO MENOS 6 MILHÕES, 793 mil kwanzas foram os prejuízos resultantes da vandalização da iluminação pública, este ano, numa linha de cinco mil metros no Huambo.

Mário Nijetes © VE



Camilo Ceita, antigo director do Instituto Nacional de Estatística (INE)

NO FIM DA COMISSÃO DE SERVIÇO

Camilo Ceita esperava por "algum respeito e consideração"

ESTATÍSTICA. Antigo director do INE soube da sua substituição pelas redes sociais, durante a tarde da última sexta-feira. Num 'mail' de despedida e agradecimento aos colegas, afirma estar convicto de terminar a missão com "plena consciência do dever cumprido", mas estava à espera de "respeito e consideração" na despedida.

Por Isabel Dinis

O antigo director do Instituto Nacional de Estatística (INE), Camilo Ceita, lamentou, numa comunicação interna, a falta de "algum respeito e consideração", reagindo assim à forma como foi afastado do cargo.

Exonerado na passada sexta-feira, Camilo Ceita não escondeu a surpresa e a indignação

pela forma como tomou conhecimento. Não lhe chegou à mão qualquer comunicação do Ministério da Economia e Planeamento, mas o comunicado ministerial já circulava nas redes sociais dando conta da nomeação de Channey Rosa John, transferida do Ministério das Finanças.

Num 'mail' endereçado aos antigos colaboradores a agradecer pelo período que passaram juntos, ao qual o VE teve acesso, Camilo Ceita aconselha os antigos colegas a "respeitarem sempre os outros". "Não se esqueçam nunca: respeitem para merecerem respeito", escreveu, numa clara referência à forma como foi exonerado.

Na mensagem, garante ainda que a sua equipa termina a missão com a "plena consciência do dever cumprido" e que deixa de ser director do INE, mas que continua a ser um técnico "ao dispor do país". "São cerca de 25 anos de Função Pública com algum interregno (pelas Nações Unidas, no sector privado) sempre com funções de gestor", sublinha.

No 'mail', o antigo líder do INE explica que não queria "obrigar" que se lembrassem dos feitos que se fez durante a sua missão de serviço, mas que a "consciência profissional, ética e moral" o orienta a passar em revista algumas das mais importantes acções. Entre as

quais, destaca o primeiro Recenseamento da População e Habitação, realizado em 2014, o primeiro Recenseamento Agro-pecuário e Pescas e o segundo Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos, entre outros.

Até ao meio-dia de sexta-feira, dia em que foi substituído, Camilo Ceita não tinha tido conhecimento da sua exoneração. Contactado pelo VE nessa altura por causa da nota que estava a circular nas redes sociais, garantiu que não sabia do seu afastamento e que soube pela mesma via que o VE, ou seja, pelas redes sociais. "Se for o novo normal, já não sou. Vou esperar receber o despacho", finalizou.

AGOSTO/ SETEMBRO

Alimentação e bebidas 'carregam' nos preços

O Índice de Preços ao Consumidor Nacional (IPCN) registou uma variação de 1,79%, em Agosto a Setembro, mais 0,34 pontos percentuais (pp) em comparação ao período homólogo, de acordo com a Folha de Informação Rápida do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A classe 'Alimentação e bebidas não alcoólicas' foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços com 0,98 pontos percentuais em Setembro, seguida da classe de 'bens e serviços diversos' com 0,17 pontos percentuais, 'vestuário e calçado', com 0,13 pontos percentuais e 'mobiliário, equipamento doméstico e manutenção', com 0,12 pontos percentuais.

A classe 'lazer, recreação e cultura' teve uma variação de 3,30% e foi a que registou o maior aumento de preços, destacando-se também os aumentos dos preços nas classes 'bens e serviços diversos', com 2,27%, 'alimentação e bebidas não alcoólicas' com 2,03% e 'vestuário e calçado', com 1,75%.

Lunda-Norte (2,11%), Malanje (1,72%), Kuando-Kubango (1,85%) e Luanda (1,91%) foram as províncias que, no período em análise, registaram maior aumento. Em sentido inverso, ou seja, com preços baixos, destacaram-se Cunene (1,30%), Lunda-Sul (1,34%), Benguela (1,41%) e Cabinda (1,44%). As restantes classes tiveram contribuições inferiores a 0,12 pontos percentuais. O INE observou uma incidência inflacionária de 24 produtos seleccionados da estrutura que compõe o cabaz, com maior contribuição para a taxa de variação que, no seu conjunto, representam 7% do total, mas concentram cerca de 52,59% da taxa global de variação em Setembro deste ano.

Economia/política

PROCESSO QUE LEVOU O LÍDER DAS AAA À CADEIA

Ziguezagues da PGR no 'caso São Vicente'

CORRUPÇÃO. Comunicação da PGR desde que o caso '900 milhões' começou a ser divulgado foi marcada por muitas imprecisões e remendos. Advogados de Carlos São Vicente acusam as autoridades angolanas de motivação política, forçada por "alguém no topo do poder político".

Por Isabel Dinis

26 DE AGOSTO

Site de investigação suíço Gotham City revela que as autoridades suíças tinham bloqueado, em Março, 900 milhões de dólares do empresário Carlos São Vicente com base num acórdão do Tribunal Suíço, em resposta a um recurso do empresário solicitando o descongelamento da conta.

31 DE AGOSTO

Diferentes órgãos de comunicação têm acesso ao acórdão e retomam a história. Um dado chama a atenção no referido acórdão: as autoridades suíças dão conta que, quando iniciaram a investigação em 2018, escreveram para Angola, mas não obtiveram resposta.

08 DE SETEMBRO

PGR manda apreender, através de um ofício do Serviço de Recuperação de Activos, todos os edifícios da seguradora AAA, em que parte deles já tinha sido adquirida pelo Estado.

08 DE SETEMBRO

PGR emenda e exclui edifícios que foram adquiridos pelo Estado ao longo dos anos e que estavam sob gestão do Ministério da Justiça.

10 DE SETEMBRO

Fonte da PGR garante ao VALOR que quem iniciou o processo, ofício e requereu as

autoridades suíças o congelamento da conta foi a PGR de Angola. Assegura que Angola é que enviou a primeira carta rogatória. No entanto, não consegue precisar a data em que a PGR terá contactado a Suíça. A mesma fonte revela que uma procuradora tinha viajado para a Suíça dois dias antes, ou seja, dia 8.

15 DE SETEMBRO

Carlos São Vicente começa a ser ouvido pela PGR depois de ter sido constituído arguido por suspeitas de crimes de peculato e branqueamento de capitais.

18 DE SETEMBRO

PGR ordena apreensão de bens de Irene Neto, esposa de Carlos São Vicente, segundo a comunicação social nacional. PGR garante ter enviado cartas rogatórias a Portugal e ao Luxemburgo, solicitando a colaboração das autoridades judiciais nestas investigações.

22 DE SETEMBRO

PGR decreta prisão de Carlos São Vicente.

25 DE SETEMBRO

PGR procede a mais apreensões de bens de Carlos São Vicente. Destes, consta um imóvel que servia de escritórios de Manuel Vicente, ex-vice-Presidente da República.



28 DE SETEMBRO

Advogados entregam um pedido de 'habeas corpus' para a libertação imediata de Carlos São Vicente.

29 DE SETEMBRO

A Administração Judiciária do Luxemburgo (PGR local), através do Gabinete de Comunicação e Imagem, assegura, ao VE, não ter recebido qualquer carta rogatória de Angola. No entanto, o porta-voz da PGR de Angola diz que as cartas rogatórias demoram tempo e que tinham um tratamento diplomático.

02 DE OUTUBRO

A esposa de Carlos São Vicente, Irene Neto, quebra o silên-

cio e escreve, em comunicado público, que "acabou o silêncio dos inocentes". Irene Neto afirma estar a ser vítima de "uma vingança mesquinha desnecessária" e que não se vai render "à chantagem, ao abuso de poder e a uma justiça travestida de polícia política".

7 DE OUTUBRO

Tribunal Supremo de Luanda nega dar provimento ao pedido de 'habeas corpus', formulado por Carlos São Vicente, alegando "falta de fundamento". Mas a decisão só foi tornada pública dia 15 de Outubro, ou seja, uma semana depois do acórdão.

12 DE OUTUBRO

Vaza nas redes sociais a resposta de Angola da carta rogatória enviada pela Suíça, em que a PGR confirmava que não havia quaisquer indícios de crime na acção de Carlos São Vicente.

13 DE OUTUBRO

PGR confirma resposta de Angola às autoridades suíças sobre a inexistência de indícios de crimes por parte do empresário e esclarece, ao Jornal de Angola, que o documento "não altera o processo" que envolve o empresário.

De acordo com o director de comunicação da PGR, Álvaro João, o ofício com a data de 13 foi enviado antes de a PGR ter elementos suficientes para a instauração do respectivo processo-crime, daí o teor da resposta enviada à Suíça.

13 DE OUTUBRO

O escritório de advogados de Carlos São Vicente acusa a PGR de Angola de agir de acordo com "motivações políticas", "por pressões mediáticas" e de ter tomado medidas contra Carlos São Vicente "obedecendo ao impulso de actores não identificados da liderança em Angola". E revela o histórico do processo. Dá conta que foi a 11 de Março que o procurador público de Genebra enviou a carta rogatória a Angola, "detalhada e exaustiva", explicando que as contas de Carlos São Vicente ficaram congeladas unicamente à espera de uma resposta de Angola. A carta, de acordo com o escritório suíço dos advogados de Carlos São Vicente, incluía um conjunto de perguntas. Segundo ainda revelações da defesa de Carlos São Vicente, a 1 de Junho, as autoridades angolanas confirmaram a recepção da carta rogatória da Suíça. A 7 de Agosto, os advogados enviaram à Suíça o relatório com quase mil páginas, incluindo anexos e as explicações de Carlos São Vicente. E a 13 de Agosto, o documento terá sido recebido pelas autoridades suíças.

BIC NET EMPRESAS

NÃO INTERROMPA O SEU NEGÓCIO PARA IR AO BANCO.

O BIC NET Empresas, permite-lhe fazer a gestão das contas da sua empresa onde estiver e quando quiser através da Internet, de forma rápida, eficaz e totalmente segura, com o sistema de segurança Cartão Matriz que o Banco BIC utiliza.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC

+(244) 923 190 870

Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC

Crescemos Juntos

Mercados & Negócios

ÚLTIMOS PROJECTOS COM VALORES EXAGERADOS

BAI calcula custo de hospital 20 vezes mais baixo que o inaugurado pelo PR

ESTUDO. Instituição bancária estima que, entre 1996 e 2019, pagou de impostos ao Estado cerca de 35 mil milhões de kwanzas. De acordo com o banco, esse valor daria para construir 81 hospitais provinciais ou 135 centros materno-infantis. Mas a realidade dos últimos projectos aprovados é bem diferente.

Por César Silveira

O Banco de Investimento de Angola (BAI) estima em cerca de 427,6 milhões de kwanzas, o equivalente a mais de 660 mil dólares, o custo de construção de um hospital provincial, valores excessivamente inferiores comparativamente aos orçamentos declarados na construção de projectos similares, cerca 20 vezes mais baixo.

A semana passada, o Presidente da República inaugurou o Hospital Geral e a Maternidade Provincial da Lunda-Sul, com capacidade para 150 camas cada um, que foram construídos de raiz no âmbito da linha de financiamento da China e estão orçadas em 68 milhões de dólares (34 milhões cada um).

Em termos comparativos, e admitindo que, por exemplo, 60% corresponde ao apetrechamento, como sugerem

600

Mil dólares, custo estimado para a construção de um hospital provincial pelo BAI

alguns especialistas consultados pelo VALOR, o Hospital Geral da Lunda-Sul custou cerca de 20 vezes mais caro que o preço estimado pelo BAI. E 43% sem colocar de parte a taxa do apetrechamento.

Em Setembro, João Lourenço inaugurou o Hospital



Geral do Bié que terá custado 48 milhões de dólares com 250 camas, 24 blocos diversos, um centro de hemodiálise (com 14 cadeiras), além de seis residências para médicos.

Em 2018, o Presidente da República autorizou uma despesa de 27,5 milhões de dólares

para a reabilitação do Hospital do Lubango, bem como a contratação dos serviços de projectista e fiscalização.

A estimativa do BAI consta do Relatório de Impacto 1996/2019 da sua actividade, revelando que no referido período pagou de impostos,

directos e indirectos, cerca de 35 mil milhões de kwanzas. Valor que, segundo o relatório, daria para construir 81 hospitais provinciais, estimando apenas a construção de cada unidade em pouco mais de 427,6 milhões de kwanzas.

Se a opção fosse para a construção de escolas secundárias, os 35 mil milhões poderiam permitir a construção de 1.167 escolas secundárias, de acordo com relatório da instituição liderada por Luís Lélis, estimando, assim, valor de cada uma em cerca de 29,9 milhões de kwanzas.

Neste caso, a estimativa do BAI também está muito abaixo dos valores que têm sido declarados. Em Maio deste ano, por exemplo, foi anunciada a construção de uma escola primária, com sete salas, em Dange-Ya-Menha, no Kwanza-Norte, orçada em pouco mais de 67 milhões. Em Agosto, foram anunciadas duas escolas, também de sete salas cada, em Sauro, avaliadas 126 milhões de kwanzas cada uma.

A instituição assume que se trata de “cálculos próprios com base na Lei 30/19 que aprova o OGE 2020”. No exercício, o BAI estima ainda em cerca de 500 milhões de kwanzas o custo para a construção de uma fábrica de vacinas e investigação agrícola, calculando que era possível construir 69 unidades com o valor da sua contribuição fiscal. Ou ainda 69 centros materno-infantis, fixando o valor de cada unidade em 257,8 milhões de kwanzas.

BIOCOM, O MAIOR PROJECTO FINANCIADO

Por outro lado, o relatório revela outros indicadores sobre o impacto do banco como é o caso dos financiamentos cedidos. É possível verificar que a Biocom, com cerca de 41,3 mil milhões de kwanzas, lidera em termos de valor a lista de projectos empresariais financiados pela instituição, seguindo-se a Pérola do Kikuxe com 5,6 mil milhões de kwanzas e a Omata-palo com três mil milhões de kwanzas. Constan ainda na lista dos grandes projectos financiados a Alaturca (680,5 milhões), Vista Alegre (595,2 milhões) e Fazenda Girassol (517 milhões).

A UNITEL É DETENTORA, desde sexta-feira, de licença de Prestador de Serviços de Pagamentos à Unitel Serviços Financeiros Móveis (SU), S.A., atribuída pelo Banco Nacional de Angola

VENDA DEPENDE DO AVAL DO BP E DO BCE

Eurobic com mais 12 interessados

BANCA. Proprietários do Eurobic pretendem seleccionar até três interessados para a última fase. Isabel dos Santos está prestes a vender a sua parte. Fernando Teles não descarta a possibilidade de vir a ser o accionista maioritário.



Por César Silveira

Mais 12 investidores estão interessados na aquisição das participações do Eurobic. Entre eles, está o empresário líbio Roger Tamraz, que já tem acordo com Isabel dos Santos para a adquirir 42,5% da empresária.

Fernando Teles, detentor de 37,5%, revelou ao VALOR que também foi contactado por Roger Tamraz. O empresário líbio, ao confirmar o acordo com Isabel dos Santos, manifestou publicamente interesse em ficar com a participação dos outros accionistas. Fernando Teles, no entanto, garante que há mais interessados: “Nós fazemos depender qualquer negociação final se tivermos a certeza de que o Banco de Portugal e o Banco Cen-

tral Europeu (BCE) não têm oposição à venda”, explicou o banqueiro.

“Temos cerca de 12 candidatos à compra do Eurobic, vamos abrir um processo mais global em que vamos contactar todos os candidatos, incluído este. Vamos seleccionar dois ou três e, a partir deste momento, vamos negociar. Temos um grupo, formado pelos nossos advogados, para tratar das propostas”, esclarece.

O processo escolhido por Fernando Teles visa “negociar pela melhor proposta possível” que, “além de ser boa para os accionistas, também seja para o Banco de Portugal e o BCE”. O Banco de Portugal tem sido informado do processo “que vai decorrer nos próximos meses e o mais rápido possível”, acredita o banqueiro.

BANCO VALE 567 MILHÕES EUROS

Com fundos próprios avaliados em cerca de 570 milhões de euros, este

seria, portanto, “o valor ideal” do banco, mas, “se estivessemos num momento sem crise, valeria mais, cerca de 1,3 ou 1,4 mil milhões, mas, em situação de crise, há-de valer se calhar menos”, admite Fernando Teles. “Mas, dentro do menos, não pode ser o que o Abanca ofereceu no final, eles queriam um preço muito baixo e nós não aceitámos.”

Apesar de estar a negociar a sua participação, Fernando Teles não descarta a possibilidade de continuar accionista do banco, inclusive de deter a maior participação. “O que eu gostaria era manter 30% do capital do banco e o resto poderia vender, mas estou aberto a ficar ainda com a maioria ou com minoria. Portanto, gostaria de continuar accionista, mas se um candidato oferecer um valor aceitável, estou disponível a vender parte ou todo o meu capital”, confessa.

Acertado o negócio com Roger Tamraz, a venda da participação de Isabel dos Santos fica dependente não

apenas do aval do Banco de Portugal e do BCE, mas também condicionada por detalhes relacionados com o arresto dos bens da empresária, de acordo com fonte próxima do processo.

Resultante do investimento dos accionistas do Banco Bic Angola, o Banco Bic português foi criado em 2008 e em 2014 adquiriu ao estado português o BPN por 40 milhões de euros, operação que permitiu a sua expansão. Em Julho de 2017, foi obrigado a mudar de nome, adoptando Eurobic devido ao conflito de marcas com o Banco de Investimento Global, BIG.

Completam a estrutura do banco Luís Cortez dos Santos, Manuel Pinheiro Fernandes e Sebastião Bastos Lavrador, todos com 5%. Igual participação está reservada a um grupo que aparece designado como outros. No primeiro semestre de 2020, o banco teve um lucro de 410 mil euros.



Griner negocia compra da Somague Angola

A empresa angolana Griner Engenharia está a negociar a aquisição da Sacyr Somague Angola, de acordo com a empresa portuguesa. “O negócio em Angola não está fechado. As negociações continuam a decorrer e não há um prazo definido para as concluir”, revelou ao jornal português ‘Expresso’ fonte da administração da Sacyr Somague.

A construtora portuguesa reage assim à notícia publicada este domingo pelo Jornal de Negócios de que a compra da Sacyr Somague Angola já estava concretizada com a Griner Engenharia, uma empresa detida a 100% pelo Banco Angolano de Investimento (BAI). “Este movimento insere-se na mudança de estratégia do grupo Sacyr que passa por um reforço da actividade na área das concessões, na Europa, continente americano e na Austrália”, acrescentou a mesma fonte, sem fazer mais comentários.

O valor da transacção não é conhecido. Segundo o Jornal de Negócios, a Griner é uma das maiores construtoras angolanas e outra das razões para a Sacyr Somague alienar a sua participação em Angola está relacionada com o pagamento das dívidas em atraso por parte do Estado.

Mercados & Negócios

NOTA DE IMPRENSA AO ABRIGO DO DIREITO DE RESPOSTA LEI DE IMPRENSA (Lei nº 1/17, de 23 de Janeiro)

A propósito da publicação, no dia 28 de Setembro de 2020, no Jornal Valor Económico, de um artigo, com o título “Carlos Saturnino envolvido nos negócios da SONILS” em que são visados, o signatário, a SONILS, a Sonangol e ex-responsáveis angolanos, entendendo, ao abrigo do disposto nos artigos 64.º e seguintes da Lei de Imprensa (Lei nº 1/17, de 23 de Janeiro), – Direito de Resposta), esclarecer a opinião pública do seguinte:

PONTO PRÉVIO

O artigo em causa, consubstancia a violação de vários princípios consagrados na Lei de Imprensa e na Constituição da República, assumindo um estilo acusatório e sensacionalista, claramente incompatível com o rigor da informação, o serviço público de informar com verdade e a protecção legal ao bom nome e imagem de todos os visados, incluindo as instituições. Deve notar-se que, do conhecimento do signatário, as entidades mencionadas no artigo, incluindo o signatário, não foram contactadas pela redacção do Jornal Valor Económico, como obriga a necessidade de confirmação das fontes e da veracidade das notícias.

Em função das graves deficiências, falsidade de factos e obscuridade de objectivos do pseudo-artigo, pretensa peça jornalística de investigação, impõe-se esclarecer cabalmente a opinião pública, como segue.

1. O surgimento da ideia de uma nova Base Logística em Angola

No início dos anos 90, durante os anos sobre forte influência da guerra no país, a Base de Apoio e Suporte Logístico no Soyo (Base do Kwanda), chegou a ser destruída, ficando a indústria petrolífera no país sem uma Base para prestar serviços de apoio e suporte logístico às operações petrolíferas no mar, nessa região.

Produto dessa situação, várias empresas estrangeiras, prestadoras de serviços, foram estabelecer-se nalguns países vizinhos, o que

provocou a perda dos empregos na região e a expatriação de capitais de Angola para esses países (milhares de USD por dia).

Foi necessário estudar alternativas para resolver este problema e ir preparando o apoio e suporte logístico ao desenvolvimento das novas descobertas de petróleo que estavam a ser feitas (anos 90). Assim, surgiu, a ideia de construir uma Base Logística em Luanda, aproveitando a existência de uma parte do cais disponível no Porto de Luanda.

2. O início (a intenção e o projecto)

Uma empresa estrangeira com forte actividade de logística no Sector dos Petróleos, na Nigéria, iniciou contactos exploratórios com várias pessoas em Angola, contactos que foram mais tarde formalizados a nível institucional (várias instituições). Tratava-se de um projecto, notoriamente de interesse nacional, para o desenvolvimento de um sector de serviços logísticos de suporte à actividade petrolífera em Angola.

Deste modo, foi criada a empresa EURONICOTES (ANGOLA) e, anos mais tarde, surgiu a SONILS. Posteriormente, foi criada a equipa do projecto que, naturalmente, foi evoluindo ao longo dos anos.

O signatário não fez parte da equipa técnica inicial, sendo falso que sempre tenha estado ou participado nesse projecto.

Contrariamente ao que foi publicado, nunca houve monopólio da SONILS na prestação de serviços de apoio e suporte logístico às actividades petrolíferas. A Base de Malongo (Cabinda) sempre esteve em actividade e, anos depois, a Base do Kwanda (Soyo) foi reconstruída e voltou a estar operacional prestando serviços relevantes ao desenvolvimento do sector de petróleo e gás em Angola.

3. Envolvimento de Privados Angolanos

Alguns anos mais tarde, surgiu a oportunidade, proporcionada pelo parceiro estrangeiro, em linha com a estratégia de desenvolvimento do Conteúdo Nacional, de fazer participar no projecto, privados angolanos (que estiveram na origem do pro-

jecto e suas primeiras fases, tinham dado um forte suporte e participação ao mesmo) com a capacidade de continuar a contribuir para o esforço de desenvolvimento das actividades da SONILS. O convite então feito pelo parceiro estrangeiro a privados angolanos, no sentido de fazerem parte da estrutura accionista da SONILS, baseou-se na cessão de participações aos referidos privados através da percentagem do capital da parte estrangeira. Ou seja, nunca se prejudicou/reduziu a percentagem da Sonangol EP, nem os interesses do Estado Angolano.

Foi nesse âmbito que se estabeleceu um acordo entre as partes, com conhecimento da Sonangol EP, passando a parte estrangeira a convidar privados angolanos para participar nas Assembleias Gerais da SONILS, durante vários anos, sempre a coberto da percentagem do capital detida pela empresa estrangeira (70%). Naturalmente, a Sonangol EP foi informando o Governo sobre o desenvolvimento das actividades e da parceria.

Ao nível da gestão da SONILS, foi sempre informado que se deveria aguardar pelo momento mais apropriado, para formalizar a entrada dos privados angolanos como accionistas na empresa. Tratava-se de aguardar um ambiente empresarial mais favorável, no âmbito das iniciativas e reformas que o Executivo se encontrava a empreender.

4. Investimentos

No início do projecto, os investimentos para o arranque das actividades e desenvolvimento das infraestruturas, foram financiados pelo parceiro estrangeiro, bem como por fundos provenientes de acordos específicos com alguns clientes. A Sonangol deu o suporte administrativo, estratégico e comercial. Nesta fase, a Sonangol não participou directamente nos fluxos financeiros, ou seja, não injectou nenhum dinheiro no projecto.

Posteriormente, na fase de expansão, a SONILS contraiu vários financiamentos com instituições financeiras, bancárias e empresariais, em diferentes países, tendo sempre cumprido escrupulosamente

as suas obrigações e responsabilidades, fazendo os respectivos reembolsos nos prazos previstos, tendo, por isso, granjeado, o reconhecimento e prestígio na comunidade financeira e bancária (no país e no exterior).

Por outro lado, a SONILS criou milhares de empregos directos e indirectos (conforme os ciclos de maior actividade) da indústria petrolífera, a SONILS tinha uma média de 1.200 a 1.300 trabalhadores, cerca de 70-80 empresas, com os seus próprios empregados na Base Logística de Luanda.

5. Estruturas de Gestão

a) Em Angola

A SONILS sempre teve uma Direcção Geral (Executiva) com um DG e um DGA, Directores de Serviço, um Conselho de Gerência (Não Executivo) e Assembleia Geral (Accionistas). Ao longo dos anos, a SONILS teve várias equipas de gestão e, até ao momento, pelo menos seis (6) quadros diferentes ocuparam a posição de Presidente do Conselho de Gerência, tendo todos dado a sua contribuição. O signatário foi um dos quadros que ocupou essa posição de gestão, razão pela qual, particularizar a contribuição do signatário não só não faz sentido, corresponde a um ataque pessoal claramente desferido contra o signatário, quiçá por ter igualmente servido na Administração da Sonangol EP, defendendo os superiores interesses do Estado e tomado um conjunto de decisões que terão incomodado algumas pessoas...

Como é evidente – e pretender o contrário é um exercício de má-fé – nunca um Conselho de Gerência de uma empresa participada poderia ter tomado a decisão de aprovar a alteração da estrutura accionista da empresa. Por isso, é que, após a saída do parceiro estrangeiro inicial, durante vários anos houve discussões com a Sonangol EP, sem a qual não era possível tomar esse tipo de decisão e que, aliás, nunca foi tomada.

b) No exterior

Durante vários anos, a SONILS teve o suporte de estruturas existentes

no exterior do país, criadas e geridas pelo parceiro estrangeiro (prestação de serviços, suporte financeiro geral, obtenção e gestão de financiamentos, com base nos compromissos e regras assumidos nos contratos com as instituições em Londres, etc.).

Posteriormente, o parceiro estrangeiro decidiu transferir a sua Direcção Geral e coordenação das principais actividades para a Nigéria, tendo-se verificado a não concordância da SONILS e da SONANGOL, por motivos operacionais e para não dificultar a gestão dos compromissos assumidos com a banca.

Quando o parceiro estrangeiro inicial vendeu a sua participação, foi necessário substituir a referida estrutura em Londres, identificando uma entidade que assegurasse o referido suporte e prestação de serviços que eram dados a partir de Londres, mantendo a estabilidade, o funcionamento das estruturas e dos negócios, sem prejudicar os compromissos existentes com a banca no exterior. Nos referidos serviços nunca se incluiu qualquer serviço de auditoria, já que a SONILS sempre contou com serviços de auditoria prestados por empresas especializadas e independentes.

Produto desses acordos, a SONILS foi convidada a indicar os seus representantes no "Board" dessa entidade e, teve vários quadros diferentes que ocuparam a posição de Membro Não Executivo ("Director"), representando e defendendo os interesses da SONILS e sem remuneração, num acto de transparência de gestão e verificação das actividades. Essa informação sempre esteve disponível (site, relatórios, etc.).

Assim, tentar enfatizar o papel temporário do signatário, mostra bem as más intenções que estão escondidas no artigo em causa, sendo efectivamente falso que o signatário tenha sido membro de direcção (executiva ou não executiva) de qualquer empresa de auditoria, em qualquer país.

Este “sistema de ataque pessoal” enquadra-se na mesma lógica de

agitar, denegrir e confundir a opinião pública, através da existência de páginas falsas nas redes sociais (exemplo: Facebook), abertas em nome do signatário, publicando assuntos como se fosse o signatário. Para esclarecimento inequívoco, se informa que o signatário nunca abriu ou teve páginas nessas redes sociais.

6. Dividendos

A Sonangol começou a sua participação na SONILS com 30% e o parceiro estrangeiro inicial com 70%. O acordo existente entre o parceiro estrangeiro e privados angolanos estava relacionado com os 70% detidos pelo parceiro estrangeiro existente, nunca tendo existido qualquer alteração ou impacto na percentagem de capital detida pela Sonangol ou nos rendimentos gerados pela sua participação.

A SONILS pagou dividendos com regularidade aos accionistas. Os dividendos da Sonangol nunca foram afectados ou reduzidos, em nenhum exercício económico. Pelo contrário, a participação da Sonangol não só não reduziu como até aumentou, razão pela qual, a Sonangol é, desde há quase uma década, detentora de 100% do capital da SONILS.

Em conclusão, o signatário reafirma que a lógica de criar falsidades, denegrir o bom nome, a imagem e dignidade pessoal e profissional, das pessoas, ao abrigo de objectivos inconfessos mas claramente definidos, incluindo os de dividir para melhor reinar, não podem ser promovidos pelos órgãos de comunicação social, sem confirmação das fontes e sem contacto com os visados, sob pena de grave violação da lei de imprensa e dos direitos constitucionais dos visados.

O signatário, que se reserva o direito a defender o seu bom nome e reputação em sede própria, apela, portanto, à serenidade, ponderação, profissionalismo e respeito pelos princípios éticos e deontológicos da profissão de jornalista, atenta a responsabilidade social da imprensa, num espírito de serviço público norteado pela procura da verdade.

Atenciosamente,

Luanda, 2 de Outubro de 2020.

Carlos Saturnino.

NOTA DE IMPRENSA AO ABRIGO DO DIREITO DE RESPOSTA LEI DE IMPRENSA (Lei nº 1/17, de 23 de Janeiro)

Na edição de 28 de Setembro de 2020, no Jornal Valor Económico, de um artigo, com o título “Carlos Saturnino envolvido nos negócios da SONILS” em que sou directamente visada, e ao abrigo do exercício do direito de resposta, consagrado nos artigos 64.º e seguintes da Lei de Imprensa (Lei nº 1/17, de 23 de Janeiro), entendo dever esclarecer o seguinte:

1. O artigo em causa viola vários princípios consagrados na Lei de Imprensa e na Constituição da República de Angola, desde logo atentando contra o bom nome, reputação e imagem, sem que, enquanto figura pública visada, que, ao longo da carreira, teve responsabilidades técnicas na Sonangol e responsabilidades na vida política nacional, a signatária haja sido contactada pela Direcção ou pela Redacção do Jornal Valor Económico, como impõe a necessidade de confirmação das fontes e da veracidade das notícias.

2. O comportamento do Jornal Valor Económico foi, no artigo em questão, claramente incompatível com o rigor da informação, o sentido de serviço público de informar com verdade (obrigação legal e deontológica), e com a protecção legal do direito ao bom

nome e imagem das entidades visadas.

3. Atenta a notória falsidade dos factos constantes do referido “pseudo-artigo”, esclarece-se a opinião pública, de que é inteiramente falso que a signatária tenha recebido qualquer quantia monetária, seja a que título for, semelhante ou igual às mencionadas pelo referido Jornal.

4. A signatária é uma pessoa de bem, que não pode aceitar a difamação e a calúnia, pelo que autoriza as entidades competentes a que sejam pesquisadas, em quaisquer Bancos Nacionais ou Estrangeiros, contas de que seja titular, a fim de comprovar a inexistência de quaisquer fluxos dos montantes publicados.

5. Pelo acima exposto, a signatária reserva-se o direito de, em seu exclusivo critério, recorrer aos tribunais para defesa da sua honra, bom nome, imagem e dignidade, pedindo a condenação dos prevaricadores no pagamento de indemnização pelos prejuízos patrimoniais e não patrimoniais que houverem causado.

Albina Faria de Assis Pereira Africano

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 19:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

DE JURE

BASTONÁRIA CONTINUA À FRENTE DA ORMED

Jurista considera “ilegal” destituição de Elisa Gaspar

CONFLITO. Conselho Regional Norte justifica deposição com suposta gestão danosa de bens financeiros e patrimoniais por parte da bastonária. Elisa Gaspar é acusada de ter desviado 19 milhões de kwanzas e de demonstrar falta de solidariedade para com classe, entre outras práticas.

Por Redacção

O jurista Armando Campos defende ser “ilegal” a destituição da bastonária da Ordem dos Médicos de Angola (Ormed), Elisa Gaspar, e argumenta que “só pode ocorrer caso seja deliberada numa assembleia-geral extraordinária, com a participação dos membros das quatro regiões que constituem o Conselho Nacional”.

Numa nota a que a Angop teve acesso esta segunda-feira, 19, o Gabinete de Comunicação e Imagem do órgão dá conta que a bastonária da Ordem dos Médicos vai continuar nas suas funções até ao fim do mandato.

Eleita a 28 de Abril de 2019, com 45,5 por cento dos votos, a bastonária tinha sido destituída do cargo no sábado, 17, pelo Conselho Regional Norte, durante uma assembleia-geral extraordinária.

Segundo o Conselho Regional Norte, esta medida deveu-se, essencialmente, a uma suposta gestão danosa de bens financeiros e patrimoniais por parte da bastonária Elisa Gaspar.

A responsável da Ormed é acusada de ter desviado



Elisa Gaspar, bastonária da Ordem dos Médicos de Angola

19 milhões de kwanzas e de demonstrar falta de solidariedade para com classe, entre outras práticas.

De acordo com o comunicado final da reunião, os mais de 50 por cento dos membros da Ormed constituíram comissões

de gestão e de inquérito independentes, para auditar as contas da instituição, que tem 90 dias para preparar novo processo eleitoral.

A assembleia-geral extraordinária teve a participação presencial de 53 médicos, contra

408 que estiveram via Zoom, em representações dos conselhos regionais Norte e Sul.

De acordo com o documento da Ormed, “Elisa Gaspar foi eleita democraticamente para um mandato de três anos (2019-2022)”, referindo que tomou conhecimento da destituição através da imprensa e sublinha que estas informações visam “manipular a opinião pública”.

Segundo o departamento da Ormed, a destituição tem como propósito “desvalorizar as reformas” na Ordem dos Médicos, pelo que a bastonária “vai permanecer no cargo”.

A ORMED é composta pelas regiões Norte (Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo e Luanda), Centro (Kwanza-Sul, Benguela, Huambo, Bié e Moxico), Leste (Kwanza-Norte, Malanje, Lunda-Norte e Lunda-Sul) e Sul (Namibe, Huíla, Kuando-Kubango e Cunene).

Conforme os estatutos da Ormed, o bastonário só pode ser destituído em Assembleia-Geral convocada pelo presidente da Mesa do Conselho Nacional, que nesta altura está em vacatura.

Entretanto, o estatuto não prevê a destruição, pelo que, havendo vacatura na Mesa do Conselho Nacional, cabe ao bastonário ou ao vice, sempre que solicitado e justificado, convocar as reuniões do Conselho Nacional.



HUAMBO

Antigos gestores condenados

Quatro antigos gestores públicos do governo do Huambo foram condenados a nove anos de prisão efectiva, por peculato, no caso ‘restos a pagar’. De acordo com o Tribunal Provincial do Huambo, causaram um prejuízo de mais de mil milhões de kwanzas ao Estado.

Os condenados foram Claudino Isaias, ex-chefe de Secção de Execução Orçamental e Contabilidade; Constantino César, ex-chefe do Departamento de Administração, Património, Informática, Gestão do Orçamento e Transportes; João Raul, ex-secretário do governo da província, e Victor Chissingui, ex-director do Gabinete de Estudos e Planeamento.

Os réus vão indemnizar o Estado em mais de 488 milhões de kwanzas, deduzidos do valor dos bens. Candido Camuti, ex-director do gabinete do governador provincial, Faustino Muteka, foi absolvido. Embora tenha beneficiado de mais de 18 milhões de kwanzas. A absolvição foi justificada por lhe ter sido imputado o crime de encobrimento, amnistiado no âmbito da Lei 11/16. O Tribunal declarou a favor do Estado, mais de 13 milhões de kwanzas da conta bancária de Candido Camuti, devendo ser transferidos para o Tesouro.

Dos bens declarados constam uma hospedaria, uma viatura, um gerador eléctrico, um regador, gado, três tractores, com as respectivas alfaias, até então pertencentes a João Sérgio Raul.

COVID 19 LEVA OPERADORES A LIVRAREM-SE DE NAVIOS PARA CORTAR PERDAS

Cruzeiros de luxo desmantelados

Por Redacção

Aproveitam-se peças de mobiliário para revenda, peças de WC, mas tudo o resto, desde o material usado no chão, nas paredes, as janelas e o metal dos navios de luxo que costumavam fazer as maravilhas de milhares de turistas, antes de a pandemia virar a indústria do

avesso depois de 36 dos cruzeiros registarem casos de covid 19.

As imagens parecem tiradas de um filme sobre o fim do mundo, mas são fotos do porto de reciclagem de navios Aliaga, em Izmir na Turquia, que estava habituado a desmantelar navios de carga antigos mas que ultimamente se tornou última morada dos reis dos mares de luxo do turismo. Tem cinco cruzeiros à espera de desmantelamento, mais três a caminho e a administração do porto estima que o volume de

material processado vá aumentar de 700 mil toneladas em Janeiro para 1.1 mil milhões até ao final deste estranho 2020. Vêm cruzeiros para desmantelar da Itália, EUA e Inglaterra maioritariamente.

Empresas como a Carnival Cruise Line fundada nos anos 70 e que contabilizava em 2019 receitas líquidas de perto de dois mil milhões de USD, vendem os navios mais antigos e que requerem mais manutenção às empresas de reciclagem ou sucatas para cortar custos. Manter estes cruzeiros tem custos estimados em 250 milhões de USD por mês e a companhia anunciou no mês passado que vai mandar para a sucata 18 dos seus cruzeiros “menos eficientes”.

A Carnival reportou perdas de 4.4 mil milhões de USD no fim do segundo trimestre do

ano. Até Maio, facturou apenas 700 milhões de dólares, uma fracção dos 4.8 mil milhões do mesmo período em 2019 e a empresa, como as pares da indústria, não consegue prever quando poderá recuperar a confiança de todos os stakeholders depois de episódios em que navios registaram casos de covid e ficaram à deriva sem ter onde atracar e o pânico instalou-se entre os passageiros que ficaram confinados correndo maior risco de infecção.

Até meados de Junho, 21 mil funcionários em 49 navios ficaram retidos em alto mar sem ter como atracar devido às restrições que a maioria dos

países impuseram nos seus portos fronteiriços.

Mais de dois mil trabalhadores desmontam e vendem as partes frequentemente a outros operadores hotelheiros em busca de pechinchas. Kamil Onal, presidente de uma empresa de reciclagem de navios, afirma que se trata de transformar a crise em oportunidade.



(In)formalizando



VIA ONLINE

Guiché facilita constituição de empresas

O Guiché Único de Empresas (GUE) colocou à disposição um portal a partir desta segunda-feira, 19, para facilitar e simplificar a constituição de empresas via online.

A ferramenta tecnológica deverá permitir uma maior celeridade ao processo (entre 30 minutos e uma hora), uma vez que a publicação de constituição deixará de ser em Diário da República, via pela qual levava tempo superior a cinco dias.

Um outro objectivo passa também por 'desafogar' o guiché, embora haja ainda a possi-

bilidade de se constituir empresa presencialmente, o que levará igual período de tempo, ou seja, entre 30 minutos e uma hora.

Existem, actualmente, 4.045 empresas constituídas de forma online, no anterior modelo, esperando, com a entrada do portal, um aumento substancial.

Para a abertura de uma empresa criada por sociedade por quotas, são cobrados 12 mil kwanzas, mas, com o funcionamento do portal, será reduzido a 11 mil kwanzas e as restantes empresas vêem reduzido o valor de 42 para 41 mil kwan-

zas. Os mil kwanzas descontados equivalem ao pagamento para a publicação em Diário da República.

Quanto às restantes localidades, estão em funcionamento o Guiché Único na Huíla e, brevemente, serão inauguradas instalações no Huambo e no Bié.

Criado para facilitar o processo de constituição, alteração ou extinção e outros assuntos ligados às empresas, o GUE estendeu-se há um ano à Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (Aipex).

AGRICULTURA

Campanha abrange mais de 400 famílias

Mais de 400 famílias organizadas em cooperativas e associações agrícolas estão abrangidas para o exercício de 2020/2021, no Kwanza-Sul.

Dados da direcção da Agricultura, indicam que estão preparados cinco mil hectares, 200 toneladas de sementes, 600 toneladas de fertilizantes, 500 toneladas de milho, igual número de feijão, entre outros, que serão distribuídos a 429 associações e 206 cooperativas.

Prevê-se, nesta época, alcançar uma produção acima de um milhão de toneladas de produtos, ao contrário dos 653 mil toneladas

colhidas na safra passada.

Os dados foram revelados pelo director do Gabinete Provincial da Agricultura e Pescas, Laurindo Ladeira, durante a abertura da campanha agrícola 2020/2021, que decorreu sob o lema 'Agricultura, floresta e pescas, aposta segura no lançamento da produção nacional'.

Na campanha agrícola passada, o Governo apoiou as famílias camponesas com mais de 1.000 toneladas de sementes, 2.000 toneladas de fertilizantes e diversos instrumentos de trabalho entre enxadas, catanas e charruas de tracção animal.



EM MALANJE

Agricultor Jovem recebe 42 milhões de kz

O projecto 'Agricultor Jovem' vai receber da administração municipal de Malanje mais de 42 milhões de kwanzas, para contribuir para o aumento da produção bem como para o incentivo da agricultura no município.

A iniciativa é composta por 50 jovens, entre os 21 e os 34 anos, que

estão já a ser capacitados em matérias de agricultura, criação de caixas comunitárias, gestão de negócios, preparação de terra, entre outros.

De acordo com a directora municipal da agricultura, Helena Domingos, o processo de produção arranca na quarta-feira e será desenvolvido numa área de 50 hec-

tares em Vulangombe, 38 dos quais já mecanizados, onde serão produzidos, na primeira fase, batata rena, milho e feijão.

A segunda fase, com arranque previsto para entre Abril e Maio de 2021, será reservada para produção de hortícolas.

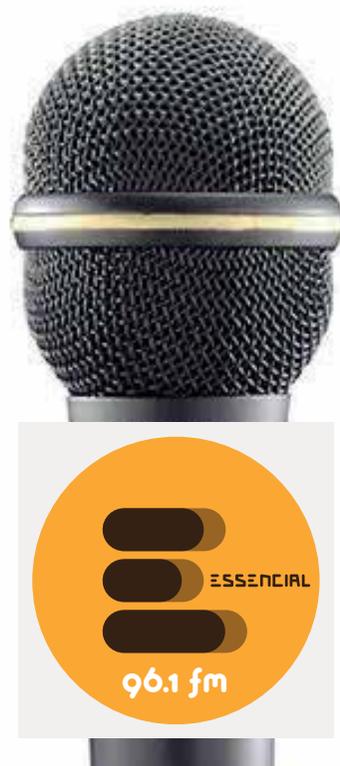
Os jovens vão estar subdividi-

dos em cinco cooperativas (10 por cada uma). Cada membro terá a responsabilidade por hectare.

O projecto terá acompanhamento de técnicos agrónomos da administração municipal durante seis meses, depois disso, os beneficiários irão conduzir o processo individualmente.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



O Programa de Apoio ao Crédito (PAC): como aproveitar a oportunidade?



Jorge Moreira,
Manager EY
Strategy and
Transactions

Não obstante todos os esforços envidados pelo Executivo para dinamizar a economia angolana e, em particular, o investimento, as iniciativas desenvolvidas para estimular o financiamento à economia real não estão a surtir o efeito desejado.

Com efeito, a execução do PAC - Programa de Apoio ao Crédito - está muito aquém das expectativas, tal como sucede com a execução de outros veículos de financiamento à economia como o Aviso n.º 10/2020 do BNA e da Linha dos mil milhões de dólares do BDA.

No caso do PAC, embora tenha uma dotação de kz 222 mil milhões, desde o seu lançamento, financiou apenas oito projectos avaliados em kz 17 mil milhões (7,6%).

Durante o primeiro semestre do corrente ano, das 46 candidaturas apresentadas ao abrigo do PAC, totalizando um investimento global

kz 90 mil milhões, apenas 13 viram os seus projectos aprovados, sendo que apenas duas receberam os respectivos financiamentos.

Esta escassez de resultados tem, naturalmente, resultado em descontentamento por parte dos empresários, o que levou o BNA a publicar recentemente uma instrução (Instrutivo n.º 7/20200) onde estabelece prazos máximos de resposta, formalização e disponibilização do crédito aos clientes da banca comercial.

Escudados no stock do crédito malparado - que supera os 4,1 mil milhões de dólares - e face a esta nova exigência de dar resposta tempestiva às solicitações de financiamento dos investidores, os bancos angolanos têm sido conservadores e têm optado por 'chumbar' uma fatia expressiva dos projectos que lhes são apresentados, acabando por incorrer em pesadas multas.

Esta opção por parte da banca, alicerça-se no argumentário de que os projectos não apresentam viabilidade ou, então, vêm acompanhados de estudos de viabilidade muito frágeis. Por outro lado, a parca capacitação do promotor e a ausência de garantias são outras das explicações aventadas.

No actual contexto, o sector financeiro está cada vez mais exi-

gente nas suas análises de crédito, devendo os promotores ajustar-se a esse nível de rigor, apresentando projectos cada vez mais qualificados, assentes em sólidos estudos de viabilidade e numa equipa de gestão com pergaminhos firmados.

Está, certamente, nas mãos dos empresários darem o seu contributo para a qualificação do ecossistema e, deste modo, dificultarem a "reprovação" dos seus financiamentos.

À margem deste debate, o certo é que existem, neste momento, verbas muito avultadas disponíveis para apoiar projectos de valia reconhecida, assim como existe uma forte vontade política para obter 'números positivos' e querer ver esse capital injectado na economia.

Tudo somado, recomenda o bom senso que saiam das gavetas os bons projectos, aqueles que são adequadamente "fundamentados" em termos de viabilidade económico-financeira bem como em termos de impactos sociais e fiscais.

Angola necessita desses projectos bem estruturados, que transmitam credibilidade e passem confiança junto de financiadores e investidores.

Esses serão, seguramente, os investimentos que terão um mais elevado potencial para saírem do papel e ganharem vida!

“África não tem falta de recursos, mas estes são frequentemente mal geridos e distribuídos de forma desigual. Em certa medida, a predominância da economia informal é um testemunho destas falhas.”

Alavancar a economia informal de África para os jovens



Alice Saisha, membro da direcção da Campanha pela Educação Feminina (Camfed), na Zâmbia

Em 2050, vai residir, em África, 25% da mão-de-obra global. Porém, não existem garantias de que estes trabalhadores (em particular, o número crescente de jovens entre eles) terão emprego e muito menos emprego digno.

Dos quase 420 milhões de jovens (com idades entre os 15 e os 35 anos) de África, uma terça parte está actualmente desempregada e outra terça parte tem emprego precário. Apenas um em cada seis jovens africanos tem emprego assalariado. Com poucas opções e ainda menos esperanças, os jovens podem recorrer à prostituição para pagar contas, ou a distrações, como as drogas ilegais.

A maior geração de África está em risco de se perder, num falhanço que teria consequências de longo alcance. Se o capital humano de África permanecer ocioso, a sua capacidade de inovação poderá esgotar-se e o seu potencial de crescimento será desperdiçado. A procura por subsídios governamentais vai aumentar, colocando uma maior pressão sobre os orçamentos públicos e a frustração popular cresce, potencialmente aumentando a agitação social e a instabilidade política.

África não tem falta de recursos, mas estes são frequentemente mal geridos e distribuídos de forma desigual. Em certa medida, a predominância da economia informal é um testemunho destas falhas.

Final, são as falhas governamentais como a corrupção desenfreada e os inadequados incentivos ao investimento que têm limitado o número de oportunidades disponíveis, especialmente para os jovens que não dispõem de contactos de

alto nível. Isto deixa os trabalhadores com poucas escolhas que não sejam orientar os esforços, capacidades e espíritos empreendedores para o sector informal, de modo a encontrarem modos de gerar receitas com pouco ou nenhum capital inicial.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a economia informal responde por uns incríveis 41% do PIB da África Subariana e essa proporção atinge os 60% em alguns países (Nigéria, Tanzânia e Zimbábue). Além disso, é responsável por quase três quartos do emprego fora da agricultura, e por 72% do emprego total.

Na economia informal, os trabalhadores criam as suas próprias oportunidades. Mas não têm qualquer segurança no emprego nem protecções laborais, muito menos benefícios. Os que gerem os próprios negócios batalham para expandir as operações, nomeadamente por não terem acesso a capital. E, evidentemente, as empresas e trabalhadores informais não pagam impostos.

Para criar oportunidades de emprego de qualidade para a crescente população jovem de África, os governos deveriam, simultaneamente, estimular o sector informal e encorajar as empresas informais a formalizarem as operações. Para esse efeito, poderiam aplicar muitas das táticas que mostraram ser eficazes para encorajar o desenvolvimento de pequenas e médias

empresas em países como Moçambique e a Zâmbia.

Para começar, os governos podiam criar incentivos para que as empresas do sector informal investissem na expansão, na criação de emprego e, em última análise, na formalização das suas operações. Uma maneira de conseguir isto é pela promoção de regimes de segurança na doença ligados ao emprego. Uma outra é através do estímulo à inclusão financeira. Se os comerciantes informais puderem abrir contas bancárias e garantir empréstimos, vão estar muito mais bem equipados (e mais motivados) para expandirem e formalizarem as suas operações.

A melhoria do acesso aos financiamentos de capital de semente e de capital de risco também ajudaria. O mesmo aconteceria com as compras preferenciais, uma abordagem que a Comissão para a Capacitação Económica dos Cidadãos da Zâmbia já está a utilizar para aumentar a participação económica de grupos marginalizados, como mulheres, jovens e portadores de deficiência.

A reforma fiscal também é essencial. Se os comerciantes informais previrem que os impostos representam um fardo fiscal excessivamente pesado, provavelmente não formalizarão as operações. Portanto, as declarações de impostos devem ser simplificadas, as opções para pagamento online devem ser introduzidas e as taxas de imposto não devem ser demasiado elevadas.

Além disso, os governos africanos, juntamente com organizações não-governamentais, poderiam promover o desenvolvimento do capital humano, através da oferta de programas de formação e de aconselhamento aos trabalhadores do sector informal. Ao mesmo tempo, deveriam aproveitar as próprias competências de relacionamento dos jovens, nomeadamente a experiência nas redes sociais.

Apesar dos elevados entraves

Os jovens africanos já hoje são intervenientes sociais e activistas influentes e motores do progresso económico, devido à sua capacidade de potenciarem a conectividade moderna. Para aproveitar este poder, os governos deveriam envolver os jovens na formalização da economia informal.

que enfrentam, os jovens africanos já hoje são intervenientes sociais e activistas influentes e motores do progresso económico, em grande parte devido à sua capacidade de potenciar a conectividade moderna. Para aproveitar este poder ao máximo, os governos deveriam envolver os jovens no processo de formalização da economia informal, garantindo que dispõem das plataformas e das ferramentas de que necessitam para desenvolver redes de apoio eficazes e que permitam o aconselhamento, a troca de conhecimentos e a demonstração de aptidões.

Os jovens poderiam conceber modos para aproveitar as novas tecnologias ao máximo. Poderiam desenvolver manuais electrónicos, participar em sessões de formação e aconselhamento à distância e criar aplicações que promovessem o desenvolvimento empresarial. E poderiam propor políticas que garantissem que a economia satisfizesse as suas necessidades.

Para que qualquer uma destas iniciativas funcione, os governos têm de estar prontos a escutar. Os fóruns de discussão, a nível nacional e regional, poderiam desempenhar um papel importante.

Embora o objectivo seja a formalização de uma maior fatia da actividade económica, os líderes africanos têm de reconhecer que a economia informal não irá desaparecer nos tempos mais próximos. E não terá de fazê-lo: um sector informal bem apoiado e dinâmico pode ser um poderoso motor do crescimento inclusivo. Por conseguinte, os apoios não deverão depender da formalização.

No início do século XIX, Rachel Jackson, primeira-dama dos EUA, afirmou: “os nossos jovens não estão a defraudar o sistema; é o sistema que está a defraudar os nossos jovens”. Poderia estar a falar de África em 2020. É chegado o momento de mudar o sistema, com os jovens na vanguarda do progresso. Com efeito, como disse Rachel Jackson, “os mesmos jovens que tratamos da pior maneira são os jovens que nos tirarão deste pesadelo”.



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Há uma discussão já de alguns anos sobre o ‘attention span’, a capacidade de prestar atenção média e que é particularmente relevante no quadro da duração das aulas por exemplo. Os cientistas apontam para que a capacidade média de concentração de um adulto seja de 20 minutos sendo que a das crianças vai diminuindo até chegarmos aos quatro anos de idade que começam a perder a capacidade de estarem atentas depois dos 12 minutos. E esta discussão é relevante porque temos um sistema educativo com aulas de 50 minutos quando os estudos e estatísticas apontam todos para que aos 20 minutos a atenção comece a desvanecer tornando o resto da aula contraproducente. É claro que tudo isto são estimativas e que, dependendo do interesse no tema, a capacidade de atenção varia e aumenta. No entanto, formatos bem-sucedidos como o das Ted Talks, que se focam em apresentações de 18 minutos, sugerem que as pesquisas estão cobertas de razão e que essa é a duração ideal para manter a atenção e fazer passar uma mensagem com eficácia.

E agora pergunto eu, qual pode ser o objectivo de um discurso à nação estilo acta, monocórdico com quase duas horas? Qual foi a mensagem que se reteve? Será que o objectivo não era mesmo o de cansar toda a gente? Fazer com que ninguém prestasse atenção?

Sobre o conteúdo do discurso que deixa de fora grande parte do real estado de uma nação que



deixa morrer 46 crianças à fome todos os dias, um discurso que fala em criação de 19 mil novos empregos e que omite a criação de muitos milhares de novos desempregados, que fala na redução da inflação de modo a escamotear que a taxa de câmbio “mais flexível”, como o PR lhe chama, lançou o caos na economia e que pensões que ontem valiam 500 dólares hoje valem cerca de 50 dólares e que diz que a importação “poupou 300 milhões de USD” sem dizer que o poupou porque o país perdeu poder de compra, e não porque produz mais?

O economista Yuri Quixina disse quase tudo “o segredo de

um bom discurso político é a persuasão, o entusiasmo e a esperança, sem estes ingredientes, o discurso é desmotivador”. Dito isto, torna-se melhor mudar de assunto para não continuarmos a lembrar coisas tristes. Tristes quer pelo real estado da nação, quer pela própria liderança que considera positivo dizer coisas “como não se pode adiar o que não se convocou”, coisas que o seu partido aplaude efusivamente e usa como se se tratasse de um sinal de força, mas que são um sinal claro do valor da própria palavra. É bom lembrar que foi o presidente, em 2018, que propôs a realização das primeiras

autárquicas para 2020. Se não se podem levar as palavras do líder à letra, então de que vale sequer ouvir aquelas duas horas?

Voltando ao formato das Ted Talks, que é um recurso daqueles que comprovam a utilidade educativa da internet, há uma sobre o sector informal em África que dá dados interessantes, e pasmem os nossos políticos, em pouco mais de sete minutos. Niti Bhan, uma especialista em desenvolvimento estratégico, faz a apresentação dizendo que o estigma associado ao sector informal faz com que permaneça fora do circuito bancário e alienado da contabilidade do produto interno bruto. Esta alienação tem um custo estimado em entre 40 e 60% dos lucros desse mercado, um sector que cria pelo menos quatro vezes mais emprego do que o sector formal. Mais provavelmente, numa realidade como a nossa, em que o sector informal é estimado em cerca de 70% da economia, estamos a falar de um ecossistema económico que não entra para o PIB, mas que alimenta a maior parte da população e para o qual ainda não se conseguiu efectivar soluções coordenadas. Os ministérios têm programas esporádicos, tem comissões para isto e para aquilo, combate à pobreza e afins, mas não existem dados agregados nem sobre a eficácia de nenhum destes programas, nem de como mudar efectivamente esse paradigma.

Tendo em mente a importância do sector informal para a economia e para a subsistência, o jornal Valor Económico criou a editoria ‘(In)formalizando’, que trata desses processos de formalização, como é exemplo a iniciativa do fundo de apoio social que quer organizar cooperativas de famílias vulneráveis e que tem um financiamento de 450 milhões de dólares. Mas que trata, sobretudo, de dar visibilidade a esse ecossistema económico que vive de lavar carros, de vender água, de vender café nas paragens, de pequenas máquinas de jogos nos bairros, e que lembra que mais de 60% dos vendedores informais não têm conta bancária sequer, mas têm bocas para alimentar e que se quer que parem de morrer de fome. Que devem ser prioridade nas metas do Governo e que estão muito atrás pelo que continuamos a ouvir. Há muito caminho para trilhar pela frente.

Qual pode ser o objectivo de um discurso à nação estilo acta, monocórdico com quase duas horas? Qual foi a mensagem que se reteve? Será que o objectivo não era mesmo o de cansar toda a gente?



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 230 Partilhas 128 Likes 1,5 mil

A edição 230 do Valor Económico chegou a cerca de 110 mil internautas e na página do VE mereceram comentários, entre mais de 30 mil interações, sobretudo os temas do discurso do Presidente à Nação e o de alegados subornos a quadros da Sonangol como Sianga Abílio e Baptista Sumbe.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Claudino Tavares

Ele não pode. Não pode porque o Edeltrudes mudou de nome agora chama-se Atitudes Dolarites Eurozinhos.



Joao de Abreu

Provavelmente falará para a CNN ou para Globo ou WP... Aqui? Quem sãois vós??



Victória Moreira

Estão amarrados no mesmo pau de euros



João Lemos

Não tem coragem, mas se fosse mais um da família Dos Santos ele falaria



Baptista Mateus

Eu acho que o Camarada presidente João Lourenço, sendo o presidente de todos os angolanos, devia dizer alguma coisa sobre o assunto.



Domingos Capita Nguto

Porquê que não vai contra Portugal que denunciou o seu envolvimento neste caso? Eu aconselho o executivo a investir um pouco mais nas celas (cadeias) porque lá poderão parar quando um outro partido estiver no poder.



Armando João Bemba

Outra batata quente nas mãos da PGR. Suborno?



Carlos Eurico Freire

Em Angola se quisesse sobreviver, tinhas que subornar sempre mas sempre alguém, desde o porteiro no rés do chão, e todos os andares até chegares ao 20 ° andar e nesse andar até a camisa deixavas.



Evaristo Nyango

O problema de Angola que continua é esse para tratar qualquer coisa te inviabilizam para dar gasosa



MC Victor

Põe o lugar à disposição. Não se faz boa diplomacia com diplomatas suspeitos!



Divaldo Cruz

MC Victor a nossa diplomacia, não tem diplomatas



Jose Maria Rodrigues

O ônus da prova, nos termos da lei, recai sobre aquele que alega o facto. A pessoa, eventualmente, lesada cabe-lhe o direito do contraditório. A falta de defesa pode ser entendida como confissão da prática do acto alegado pelo autor, isto é, quem se cala consente, com as consequências daí advenientes.



Miguel Lopes

Jose Maria Rodrigues não, em direito quem cala não consente. Princípio da presunção de inocência até que seja provada a culpa. E um arguido tem direito ao silêncio sem que tal possa contra si ser utilizado. Não vamos confundir conceitos.



Carlos Costa

O Sianga Abílio é corrupto antigo e dão-lhe tanta confiança que está constantemente armado ao pingarelho.



Hilonga Chá

Em Angola isso não existe de pôr o cargo a disposição. Gostam de morrer no poder



Divaldo Cruz

A PGR não vai encontrar indícios!!!



José Carlos Da Costa Fernandes

Mas é preciso o empresário confessar. Não sei como o P.R. ainda nomeou esse corrupto racista para embaixador. Esse é dos vigaristas mor cá da praça. A PGR, que entre em campo e vai ver o que está aí por detrás. É preciso não esquecer que esse senhor é marimbondo dos que diz que JES, viveu na casa do pai dele lá na "langareia".

Para receber o seu VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

Covid-19

NOVAS MEDIDAS

Itália alarga teletrabalho e restringe restaurantes

A Itália vai adoptar novas medidas para travar a covid-19, como o alargamento do teletrabalho e restrições ao funcionamento de bares e restaurantes.

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, no domingo, no dia em que o país registou novo recorde de infecções.

Segundo Giuseppe Conte, as medidas vão permitir “enfrentar a nova vaga de contágios que atinge severamente a Itália e a Europa”. “Não podemos perder tempo. Temos de adoptar as medidas para evitar um novo confinamento generalizado, que pode colocar grave-

mente em perigo a economia”, justificou o chefe do governo italiano, em conferência de imprensa.

O princípio é limitar ao máximo os ajuntamentos, propícios à transmissão da infecção da covid-19, tanto em espaços públicos como privados.

Os restaurantes, que terão de indicar a lotação máxima, só podem ter seis pessoas por mesa e devem fechar o mais tardar à meia-noite, enquanto os bares às 18:00 se não tiverem serviço de mesa.

O regime de teletrabalho deve ser estendido a 75% dos

funcionários públicos e é uma regra recomendada às empresas privadas. As reuniões de trabalho devem ser feitas preferencialmente por videoconferência.

O teletrabalho permite reduzir a pressão sobre os transportes públicos, que devem limitar a sua lotação, especialmente nas horas de ponta, para salvaguardar o distanciamento físico entre passageiros.

O ensino à distância vai ser privilegiado, mas, quando presencial, as entradas e saídas dos alunos das escolas devem ser feitas de forma a evitar aglomerações.



REVELA UM ESTUDO

Vírus permanece activo por nove horas na pele

Um estudo elaborado por pesquisadores japoneses revelou que o coronavírus SARS-CoV-2 permanece activo na pele por nove horas, confirmando assim a necessidade de lavar as mãos com frequência para combater a pandemia.

Em comparação, o agente patogénico que causa a gripe sobrevive na pele por cerca de 1,8 horas, diz o estudo publicado este mês na revista *Clinical Infectious Diseases*. “A sobrevivência de nove horas do SARS-CoV-2 (a estirpe do vírus que causa a doença covid-19) na pele humana pode aumentar o risco de transmissão por contacto em comparação ao IAV (vírus da influenza A ou influenza A), acelerando

assim a pandemia”, dizem os autores do estudo.

Os pesquisadores japoneses testaram amostras de pele retiradas de espécimes de autópsia cerca de um dia após a morte. Tanto o coronavírus quanto o vírus da gripe são inactivados em 15 segundos pela aplicação de etanol, usado em desinfetantes para as mãos. “A maior sobrevivência do SARS-CoV-2 na pele aumenta o risco de transmissão por contacto, mas a higiene das mãos pode reduzir esse risco”, afirmam os investigadores.

O estudo apoia as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a lavagem regular e completa das mãos para limitar a transmissão do vírus.

ÁFRICA DO SUL

Ministro da Saúde infectado

O ministro da Saúde da África do Sul, país mais afectado pela covid-19 em África, anunciou que testou positivo para o novo coronavírus e que está de quarentena. Zweli Mkhize, que é o principal rosto da resposta à pandemia do governo do presidente Cyril Ramaphosa, anunciou no domingo à noite que ele

e a sua esposa estavam entre os 1.662 casos positivos confirmados nesse dia.

“Decidimos ser testados ontem [sábado] quando comecei a ter sintomas ligeiros. Estava a sentir-me anormalmente cansado e, à medida que o dia avançava, comecei a perder o meu apetite. A minha mulher teve

tosse, sentiu-se tonta e exausta. Dado os sintomas, os médicos aconselharam que ela fosse internada para observação e reidratação”, escreveu Mkhize, no Twitter. O ministro vai ficar em quarentena em casa, mas manifestou-se optimista quanto à recuperação e aproveitou a oportunidade para apelar a todos os

sul-africanos para não baixarem a guarda.” Como país, demos passos significativos na nossa luta contra esta pandemia. Não nos arrisquemos a andar para trás. Com o que quer que façamos e para onde quer que vamos, tenhamos em mente que o risco de uma segunda vaga ainda existe”, sublinhou.



FRACO MUFINDA, secretário de Estado para a Saúde Pública anunciou nesta segunda-feira, em Luanda, haver já o registo de mortes de pessoas em casa com covid-19, confirmadas após autópsia aos cadáveres.



14 MILHÕES DE DEMPREGADOS

Brasil bate recorde

O número de desempregados durante a pandemia de covid-19 no Brasil alcançou um recorde de 14 milhões de pessoas sem trabalho.

As informações são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em cinco meses, entre o início de Maio e o final de Setembro, o desemprego cresceu 43%, correspondendo a mais de 4,1 milhões de brasileiros a entrarem para as estatísticas, segundo o levantamento do IBGE.

Assim, a taxa de desemprego passou de 10,5% para 14,4% nesses cinco meses de pandemia no Brasil. É o país lusófono mais afectado pela covid-19 e um dos mais atingidos no mundo, ao contabilizar o segundo número de mortos (mais de 5,1 milhões de casos e 152.460 óbitos), depois dos EUA.

O instituto revelou ainda que a região do nordeste, uma das mais pobres do país, foi onde o desemprego mais cresceu. Contudo, o sudeste, região mais populosa, concentra cerca de 45% dos desempregados, a maior percentagem do Brasil.

As informações fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) covid-19, realizada pelo IBGE e com o apoio do Ministério da Saúde, que estimou ainda que a população empregada até 26 de Setembro rondava os 83 milhões.

PELA FUNDAÇÃO MERCK

Valor Económico premiado

O jornal Valor Económico, do Grupo GEM Angola, foi premiado pela Fundação Merck, o braço filantrópico da Merck KGaA. O galardão que o jornal venceu está inserido nos Prémios de Jornalismo 'Fique em Casa' para a África, criado, segundo nota da fundação, com o objectivo de "elevar a consciencialização sobre como manter-se seguro, física e mentalmente saudável durante o bloqueio do coronavírus com o objectivo de separar os factos dos mitos e equívocos".

Os prémios de jornalismo 'Fique em Casa' foram apresentados pelas primeiras damas do Gana, Nigéria, República Democrática do Congo (RDC), Maláui, Namíbia, Níger, Guiné Conacri, Burundi, República Centro Africana (RCA), Chade, Zimbábue, Zâmbia, Gâmbia, Libéria, Congo Brazzaville, Angola e Moçambique.

A directora executiva da fundação, Rasha Kelej afirmou acreditar que "os media desempenham um papel crucial na educação e sensibilização das nossas comunidades sobre a saúde e questões delicadas como a covid-19, portanto, por meio dos prémios, estamos a reconhecer a notória reportagem e o trabalho excepcional de jornalistas que frequentemente cobriram este tema nos seus países".

De acordo com a instituição, a selecção do VALOR para fazer parte do concurso foi motivada por semanalmente dedicar duas páginas à pandemia. Os vencedores do Prémio de Jornalismo 'Fique em Casa' de países africanos de língua portuguesa foram anunciados por Ana Dias Lourenço, de Angola, e Isaura Ferrão Nyusi, de Moçambique.



MINISTRA GARANTE REPOSIÇÃO

Governo admite ruptura de testes

A ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, admitiu uma ruptura temporária no 'stock' de testes serológicos, que obrigou a cancelar voos domésticos, mas garantiu que será repostos. A governante justificou o problema com as ligações aéreas, mas afirmou que vão chegar mais testes

Sílvia Lutucuta lembrou que a covid-19 representa "um desafio mundial", não só em Angola, mas afirmou que

"será resolvida" a insuficiência de testes também noutras províncias. A ministra garante ainda que o país tem aumentado a capacidade de testagem através de RT-PCR (testes com base molecular). A falta de testes serológicos obrigou a companhia angolana TAAG a cancelar três voos na semana passada que tinham como destinos Cabinda, Uíge e Saurimo.

POR COVID-19

Angola regista mortes em casa

As autoridades sanitárias já começaram a registar mortes de pessoas em casa com covid-19, confirmadas após autópsia aos cadáveres, informou hoje o secretário de Estado para a Saúde Pública.

Franco Mufinda comentava o comportamento da população que, nos últimos dias, tem desrespeitado as medidas de biossegurança decretadas pelo Governo no âmbito do combate e prevenção à pandemia do novo coronavírus, como se verificou no último fim-de-semana, com encontros nas praias em Luanda.

"Esta atitude, o comportamento que a população passa a ter, só nos vai expor mais", disse Franco Mufinda, acrescentando que "vai haver mais casos e mais óbitos".

Segundo o governante, as esta-

tísticas registam mortes diárias, "de pessoas que chegam tarde" aos hospitais.

"Começamos a ter até óbitos na comunidade, pessoas que chegam às unidades sanitárias sem vida e quando se faz o teste pós-morte, de SARS-COV 2, temos evidências de que se trata de covid-19, portanto [são] pessoas [que] começam a morrer em casa", referiu.

O governante sublinhou que isto são indicadores de que a população se deve cuidar.

"Quando se pensava que se tratava de uma miragem, não é, hoje estamos perante um facto que está a ceifar vidas", referiu, salientando que a transmissão da covid-19 ocorre sobretudo quando há "ajuntamentos populacionais."

Marcas & Estilos



Esmeros lusitanos

O Royal Nobuk é o primeiro modelo desenvolvido da marca. Representa a melhor interpretação de um ténis minimalista e luxuoso, que pode vestir, combinado com os melhores materiais de alta qualidade. Desenhado e feito à mão com esmero em Portugal.



Aparência sofisticada

Este elegante suporte de placa de metal de três camadas da ASA Selection é a peça de exibição perfeita. O acabamento dourado dá uma aparência muito sofisticada e eleva os seus utensílios de serviço. O suporte é adequado para pratos com um diâmetro médio.



AUTOMÓVEL

Tangível no corpo e na alma

O Taurus é um modelo da norte-americana Ford, um dos mais populares e que dura há mais de seis gerações. Lançado em 1985, valeu-se da tecnologia para se impor como um dos carros mais populares dos EUA, partindo de uma opção intermediária para o topo da gama.

Apresenta-se nas versões SE, SEL e Limited, todas com motor V6 3.5 Ti-VCT com 292 cavalos e transmissão automática de seis mudanças. Na versão SHO, o motor é o V6 3.5 EcoBoost de 370 cavalos, também com caixa de seis velocidades automáticas e tração nas quatro rodas.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 30 DE OUTUBRO

Exposição 'Nutrição Espiritual', do artista SBI, na galeria de arte contemporânea da Fundação Arte e Cultura, Tamar Golan. A mostra pode ser visitada de segunda-feira a sábado, entre as 9 e as 17 horas.

21 DE OUTUBRO

Conferência sobre webinar 'Línguas e Administração: Mercados de Trabalho Vantagens e Desafios', às 17 horas, via Zoom. O evento é promovido pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Angola.

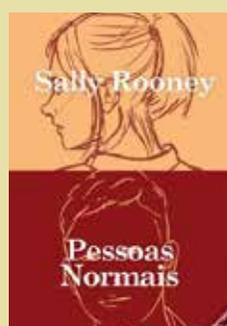
21 DE NOVEMBRO

Conferência Nacional de Gestão Hospitalar e Liderança, no auditório do Edifício Kilamba, a partir das 8 horas, com doutores José Vieira Dias da Cunha, Esmael P. Sebastião Esmael Tomás. Bilhetes para assistir presencialmente a 25 mil kz e, via Zoom, 15 mil.

LIVROS



O MAIS CÉLEBRE romance de Mary McCarthy relata a vida de oito jovens licenciadas nos anos 30 em Vassar, uma das mais elitistas e conceituadas universidades femininas americanas.



NA ESCOLA, Connell é popular e bem-visto por todos, enquanto Marianne é uma solitária que aprendeu com dolorosas experiências a manter-se à margem dos colegas.



TURISMO

Uma ilha tranquila

O nome deve-se por ser o primeiro pedaço de terra firme que os navegantes do renascimento avistavam na perigosa aventura atlântica. A ilha de Boavista, localizada em Cabo Verde, tem uma superfície de mais de 600 quilómetros quadrados. É a terceira maior e uma das mais importantes do arquipélago.

A orla marítima de Boavista é envolvida por um anel de recifes de corais e rochas. O sol, mar e praia constituem os maiores atractivos desta ilha. É o local ideal para quem procura umas férias repousantes. A tranquilidade e a paz reinantes são outras duas razões da escolha dos seus imensos areais, pelas tartarugas marinhas, em época de desova (primavera e verão).

Localizado em Sal de Rei, o Residencial Salinas B&B dispõe de um salão partilhado e de um bar. A dieta tradicional assenta no peixe e nos mariscos, sobretudo a lagosta.

Educação & Tecnologia

ONU ALERTA QUE UM MILHÃO DE ESPÉCIES PODEM EXTINGUIR-SE NAS PRÓXIMAS DÉCADAS

Restauração dos ecossistemas salvaria espécies e reduziria carbono

CONSERVAÇÃO. Na investigação, especifica-se que proteger 30% das áreas prioritárias identificadas, juntamente com a protecção de ecossistemas ainda na forma natural, reduziria as emissões de dióxido de carbono equivalentes a 49% de todo o carbono que se acumulou na atmosfera ao longo dos últimos dois séculos.

Um estudo com o título 'Global priority areas for ecosystem restoration', recentemente publicado na revista científica Nature, concluiu que "devolver ao estado natural ecossistemas de todo o mundo "destruídos" pela agricultura salvaria a maior parte dos mamíferos terrestres, anfíbios e aves ameaçados de extinção, e seriam absorvidos mais de 465 mil milhões de toneladas de dióxido de carbono".

A pesquisa indica que seria necessário restaurar 30% dos ecossistemas mundiais em áreas prioritárias e que assim seria possível evitar mais de 70% das extinções que são previsíveis, ao mesmo tempo que seria absorvida quase metade do carbono acumulado na atmosfera desde a Revolução Industrial.

Na investigação, especifica-se que proteger esses 30% das áreas prioritárias identificadas, juntamente com a protecção de ecossistemas ainda na forma natural, reduziria as emissões de dióxido de carbono equivalentes a 49% de todo o carbono que se acumulou na atmosfera ao longo dos últimos dois séculos. Para estas conclusões contribuíram 27 investigadores de

12 países, que avaliaram florestas, prados, zonas húmidas e ecossistemas áridos.

Bernardo Strassburg, principal autor do relatório publicado sobre o estudo, conclui que devolver ao estado natural zonas que foram modificadas para a prática da agricultura seria uma forma de evitar que a destruição da biodiversidade e as alterações climáticas ficassem fora de controlo.

Ao identificar com precisão os ecossistemas destruídos em todo o mundo que devem ser restaurados,

para melhorar a biodiversidade e o clima mas sem ter impactos na produção agrícola, o estudo é o primeiro do género a fornecer dados globais sobre os locais precisos onde essas mudanças devem ocorrer.

E diz que restaurar áreas prioritárias pode ser 13 vezes mais rentável do que manter a actual situação. Num primeiro momento, o estudo centra-se nos benefícios potenciais da restauração de ecossistemas florestais e não florestais a uma escala global, com os investigadores a afirmarem que as flores-

MEMORIZE

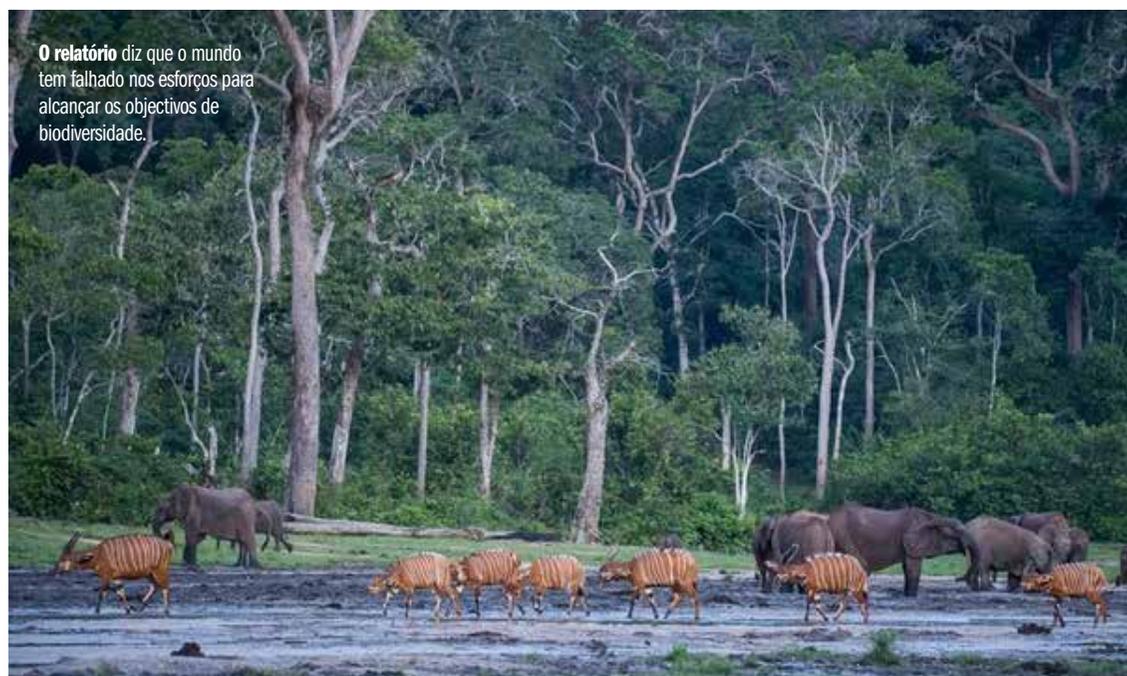
● O relatório tem em conta os alertas da ONU de que podem extinguir-se um milhão de espécies nas próximas décadas, e de que o mundo tem falhado nos esforços para alcançar os objectivos de biodiversidade, incluindo o de restaurar 15% dos ecossistemas em todo o mundo.

tas são fundamentais para mitigar o aquecimento global e proteger a biodiversidade, mas que outros ecossistemas também têm um papel fundamental

O relatório publicado na Nature tem em conta os alertas da ONU de que podem extinguir-se um milhão de espécies nas próximas décadas, e de que o mundo tem falhado nos esforços para alcançar os objectivos de biodiversidade, incluindo o de restaurar 15% dos ecossistemas em todo o mundo.

Utilizando uma sofisticada plataforma matemática e tecnologias de cartografia, os investigadores avaliaram 2.870 milhões de hectares de ecossistemas a nível mundial que foram convertidos em terras agrícolas. Destes, 54% eram originalmente florestas, 25% prados, 14% zonas de arbustos, 04% terras áridas e 02% zonas húmidas.

Os investigadores calcularam também, tendo em conta receios de que restaurar ecossistemas iria prejudicar a produção de alimentos, que mais de metade (55%) dos ecossistemas avaliados poderiam ser restaurados sem prejudicar essa produção de alimentos. Tal seria feito nomeadamente com melhor planeamento, produção sustentável, redução de desperdício, e não investimento em alimentos como carne e queijo.



O relatório diz que o mundo tem falhado nos esforços para alcançar os objectivos de biodiversidade.

NÚMEROS DA SEMANA

19

Mil, número de empregos criados no primeiro semestre deste ano, de acordo com dados divulgados pelo Presidente da República no discurso sobre o Estado da Nação.

36

Milhões de dólares, valor do financiamento da FAO a 18 projectos, incluindo na área de segurança alimentar.

500

Total de tractores que o Governo pretende financiar, a fundo perdido, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (Fada) para os antigos militares.

4.045

Número de empresas que foram criadas online segundo o director do GUE, Irineu Matamba.



REVELA FONTE DA PGR

Manuel Vicente investigado por ser “citado em vários processos”

Manuel Vicente, antigo vice-Presidente da República, está a ser investigado por ter sido citado na maior parte dos casos levados à justiça nos últimos tempos, de acordo com uma fonte da Procuradoria-Geral da República (PGR), ouvida pela Rádio Essencial.

“É normal que esteja a ser investigado e que não exista um comunicado oficial para que a investigação não seja atrapalhada”, explicou a fonte da PGR, que assim confirmou a informação do jornal Expresso. O semanário português revelou o processo de investigação patrimonial associado ao ‘caso CIF’ pelo qual foram constituídos arguidos Leopoldino do Nascimento ‘Dino’ e Hélder Dias ‘Kopelipa’.

A PGR estima que a Sonangol terá entregado 2,3 mil milhões de dólares, através de carregamentos de petróleo, ao empresário sino-britânico Sam Pa, o principal rosto do CIF (China Internacional Fund). Sam Pa aparece envolvido numa série de notícias ligadas à investigação do ‘Panama Papers’, liderada por um consórcio internacional de jornalistas. Em quase todas elas, surge ligado a Manuel Vicente, com quem alegadamente partilhava negócios e escritórios. O nome de Manuel Vicente terá sido citado também no ‘caso São Vicente’. O ex-vice-Presidente era o responsável máximo da Sonangol quando a seguradora AAA passou a ser detida maioritariamente por Carlos São Vicente.

RECEIOS DA AIESPA

Dificuldades financeiras podem impedir regresso dos estudantes

CRISE. Laurindo Viagem, líder da Aiespa e na Universidade Católica, adverte que a pobreza agravada pela pandemia pode dificultar o regresso de muitos estudantes.

Por Lúcia de Almeida

O presidente da Associação das Instituições de Ensino Superior Privado em Angola (Aiespa), Laurindo Viagem, perspectiva um regresso tímido dos estudantes depois de mais de seis meses de paralisação por causa da covid-19.

As condições financeiras são algumas das razões apresentadas pelo líder associativo que entende que a doença acabou por empobrecer ainda mais as pessoas. “Estamos mais pobres do que antes”, afirma.

O medo da doença e a organização são outros factores que poderão concorrer para o regresso tímido dos estudantes na óptica do também secretário-geral da Universidade Católica de Angola (Ucan), instituição cujos primeiros indicadores, entretanto, contrariam o receio da Aiespa. “Estamos a proceder ao reinício das aulas, ainda não temos dados de todas as instituições”, admite Laurindo Viagem.

Na Ucan, 80 % dos alunos reconfirmaram e, até ao final do mês, a universidade conta chegar, pelo menos, aos 90%.

O secretário-geral da Aiespa

reforça, por outro lado, que o valor das propinas deve manter-se “inalterado”. A propina que está a ser paga é aquela que foi autorizada pelos ministérios das Finanças e do Ensino Superior, Ciência Tecnologia e Inovação, ou seja, com um aumento de 13%.

Laurindo Viagem alerta que nenhuma universidade deve alterar o preço das propinas e que as únicas instituições que podem subir os preços são as que não aplicaram o reajuste previsto no decreto presidencial no início do ano académico.

Os estudantes que pagaram uma percentagem das propinas em Abril, Maio e Junho, respeitando a orientação do Governo, terão os valores revertidos para as propinas de Outubro, Novembro e Dezembro. Os que não pagaram nada devem às respectivas instituições.

Com a pandemia, agravaram-se as dificuldades da Ucan, que já está há seis meses sem receitas. “Não está ser fácil, estamos a gerir com muitas dificuldades organizativas e económicas e, apesar de tudo, estamos a trabalhar e vamos continuar em pé.”

As aulas nas instituições de ensino superior públicas e privadas retomaram a 5 de Outubro e devem respeitar ao novo calendário académico 2020, que se iniciou este mês e deve terminar em Julho do próximo ano.

Anep acusa EPL de não pretender custear regresso dos professores

O presidente da Associação Nacional do Ensino Particular (Anep), António Pacavira, acredita que o real motivo da suspensão das aulas presenciais na Escola Portuguesa de Luanda (EPL) é a “falta de verbas”, para custear o regresso dos professores. “Os professores não querem regressar a Angola e a escola adoptou as aulas online porque fica mais barato e não se paga hospedagem nem nada, visto que a maior parte dos professores se encontra no estrangeiro e depende da instituição para retomar”, admite.

António Pacavira reforça ainda que até mesmo em Portugal, onde tem mais casos que Angola, o ensino é presencial.

Justificando com a pandemia, a falta de condições sanitárias em Luanda e por ter uma aluna infectada, a Escola Portuguesa de Luanda (EPL) resolveu suspender as aulas presenciais a partir desta semana e retomou o ensino à distância. Uma decisão que mereceu críticas oficiais do Ministério da Educação que, em comunicado, atirou todas as responsabilidades da decisão para a EPL, lembrando que a medida “não veicula o Ministério”.

